

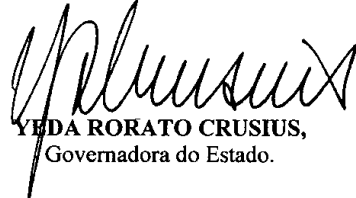
parlamentares de inquérito (§§ 1º e 2º do art. 4º). 2. Embora as atividades do TCU, por sua natureza, verificação de contas e até mesmo o julgamento das contas das pessoas enumeradas no artigo 71, II, da Constituição Federal, justifiquem a eventual quebra de sigilo, não houve essa determinação na lei específica que tratou do tema, não cabendo a interpretação extensiva, mormente porque há princípio constitucional que protege a intimidade e a vida privada, art. 5º, X, da Constituição Federal, no qual está inserida a garantia ao sigilo bancário. 3. Ordem concedida para afastar as determinações do acórdão nº 72/96 - TCU - 2ª Câmara (fl. 31), bem como as penalidades impostas ao impetrante no Acórdão nº 54/97 - TCU - Plenário.

(MS 22801, Relator(a): Min. MENEZES DIREITO, Tribunal Pleno, julgado em 17/12/2007, DJe-047 DIVULG 13-03-2008 PUBLIC 14-03-2008 EMENT VOL-02311-01 PP-00167 RTJ VOL-00205-01 PP-00161 LEXSTF v. 30, n. 356, 2008, p. 488-517)

Há aqui o reforço ao respeito e proteção que se deve guardar para com o sigilo da vida privada do contribuinte, a melhoria de suas próprias condições financeiras, como aquisição de bens, e assim por diante. A investigação deve surgir quando há reais suspeitas de enriquecimento ilícito; e não, ao invés disso, partir-se, antecipadamente, para uma ampla publicização de seus ganhos, aquisições patrimoniais.

Diante do exposto, pelas razões apresentadas, veto parcialmente o Projeto de Lei nº 301/2009, propiciando a esse Egrégio Poder a reapreciação da matéria, certa de que os nobres deputados, ao conhecerem dos motivos que me levaram a tal procedimento, reformularão seu posicionamento.

Atenciosamente,


YEDA RORATO CRUSIUS,
Governadora do Estado.

Excelentíssimo Senhor Deputado **GIOVANI CHERINI**,
Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa,
Palácio Farroupilha,
NESTA CAPITAL.

OF.GG/SL - 106

Porto Alegre, 26 de abril de 2010.

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 302/2009

Senhor Presidente:

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar, utilizando-me da prerrogativa que me é conferida pelo artigo 66, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 82, inciso VI, da Constituição Estadual, que decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei Complementar nº 302/2009, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tesouro do Estado do Rio Grande do sul, órgão responsável pela administração financeira estadual, disciplina o regime jurídico dos cargos da carreira de Auditor de Finanças do Estado e dá outras providências, aprovado na sessão plenária da Assembleia Legislativa do dia 31 de março de 2010.

O Projeto de Lei em comento, de iniciativa do Poder Executivo, recebe veto parcial, porquanto, por ocasião de sua apreciação e votação, foi objeto de Emendas Parlamentares as quais, por força de seus conteúdos, não merecem prosperar.

A negativa de sanção em epígrafe diz respeito ao parágrafo 2º do artigo 12, aos incisos IV e V e parágrafo único do art. 18, com os seguintes teores:

Art. 12 -

...

“§ 2º - Ao Auditor de finanças do Estado é obrigatória a apresentação de declaração de bens e rendas nos termos da Lei nº 12.036, de 19 de dezembro de 2003, sujeitando-se ao controle da variação patrimonial e de sinais de enriquecimento ilícito, conforme a Lei nº 12.980, de 5 de junho de 2008.”

.....

Art. 18 -

.....

“IV – receber, por conta do Estado, assistência médico-hospitalar, social e judiciária, quando ferido em objeto de serviço ou em decorrência da função, ou quando acometido de doença adquirida em serviço ou em consequência dele, bem como quando submetido a processo em razão do exercício do cargo;

V – receber, por conta do Estado, total cobertura judiciária, quando processado, civil, ou criminalmente, em razão de ato praticado no exercício regular de suas funções.

.....

Parágrafo único. O Auditor de finanças do Estado processado, civil ou criminalmente, em razão de ato praticado no exercício regular de suas funções, terá direito à assistência judiciária provida pelo Estado.

.....”

No que respeita à negativa de sanção ao § 2º do artigo 12, verifica-se que tal dispositivo vem dispor acerca de matéria constitucionalmente atribuída ao Tribunal de Contas do Estado. Em notável Parecer, a Douta Procuradoria-Geral do Estado, analisando a constitucionalidade da Lei nº 12.980/08, que dispõe sobre o registro das declarações de bens e o controle da variação patrimonial e de sinais de enriquecimento ilícito por agente público no exercício de cargo, função ou emprego público estadual e Lei nº 12.036/03, que dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação de declaração de bens e rendas para o exercício de cargos,

empregos e funções públicas, nos dão conta de que releva verificar se as disposições legislativas infraconstitucionais são compatíveis com as competências do Tribunal de Contas do Estado e com o “conjunto principiológico característico do constitucionalismo que está na base da Carta Política brasileira.” “Percebe-se que a legislação analisada atinge tais pressupostos, além de alargar competências não presentes em sede constitucional que, se decorrentes da teoria dos poderes implícitos, compreendida esta em seus limites, ainda assim podem guardar consonância com aquilo que é peculiar às atividades delimitadas pela Carta Política aos órgãos de contas. Não pode a legislação infraconstitucional criar tal expansão.”

A par das razões mencionadas, cabe referir que os dispositivos legais citados encontram-se em plena vigência; sendo, portanto, despiciendo que novos dispositivos venham a regrar igual matéria. Agrega-se a esse argumento, o fato de que não se registra em nenhum outro estatuto disciplinador de carreira de servidor diploma com tal conteúdo regratório, ou seja, as demais carreiras submetem-se tão-somente às normas legais e constitucionais vigentes.

Não se pode olvidar, também como razão de veto, o dever de zelar pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais em vigor, ou seja, o estabelecido no inciso X do art. 5º da Constituição da República, o qual preconiza pela proteção da intimidade e da vida privada. Nessa linha, o Supremo Tribunal Federal tem-se manifestado, conforme segue:

EMENTA Mandado de Segurança. Tribunal de Contas da União. Banco Central do Brasil. Operações financeiras. Sigilo. 1. A Lei Complementar nº 105, de 10/1/01, não conferiu ao Tribunal de Contas da União poderes para Brasil. O legislador conferiu esses poderes ao Poder Judiciário (art. 3º), ao Poder Legislativo Federal (art. 4º), bem como às Comissões Parlamentares de Inquérito, após prévia aprovação do pedido pelo Plenário da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do plenário de suas respectivas comissões parlamentares de inquérito (§§ 1º e 2º do art. 4º). 2. Embora as atividades do TCU, por sua natureza, verificação de contas e até mesmo o julgamento das contas das pessoas enumeradas no artigo 71, II, da Constituição Federal, justifiquem a eventual quebra de sigilo, não houve essa determinação na lei específica que tratou do tema, não cabendo a interpretação extensiva, mormente porque há princípio constitucional que protege a intimidade e a vida privada, art. 5º, X, da Constituição Federal, no qual está inserida a garantia ao sigilo bancário. 3. Ordem concedida para afastar as determinações do acórdão nº 72/96 - TCU - 2ª Câmara (fl. 31), bem como as penalidades impostas ao impetrante no Acórdão nº 54/97 - TCU - Plenário.

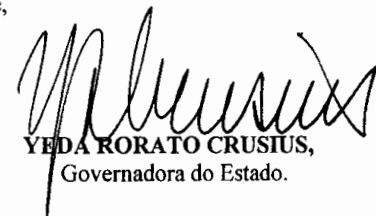
(MS 22801, Relator(a): Min. MENEZES DIREITO, Tribunal Pleno, julgado em 17/12/2007, DJe-047 DIVULG 13-03-2008 PUBLIC 14-03-2008 EMENT VOL-02311-01 PP-00167 RTJ VOL-00205-01 PP-00161 LEXSTF v. 30, n. 356, 2008, p. 488-517)

Há aqui o reforço ao respeito e proteção que se deve guardar para com o sigilo da vida privada do contribuinte, a melhoria de suas próprias condições financeiras, como aquisição de bens, e assim por diante. A investigação deve surgir quando há reais suspeitas de enriquecimento ilícito; e não, ao invés disso, partir-se, antecipadamente, para uma ampla publicização de seus ganhos, aquisições patrimoniais.

A seu turno, cabe negar sanção aos incisos IV e V do artigo 18, e, seu parágrafo único, por inconveniência administrativa, porquanto tais dispositivos afrontam o princípio da isonomia. Não se dispensa a outras categorias de servidores do Estado igual tratamento, ou seja, tal previsão afigura-se em flagrante privilégio a ser usufruído pelos beneficiários. Junta-se a isso, o aspecto cogente dos dispositivos ora vetados, atribuindo ao Estado, diretamente, o dever de arcar com as despesas ali previstas, pois não há que se confundir a situação posta, - em que o Estado é o responsável para com o pagamento de eventuais despesas -, e o órgão previdenciário estadual, sequer mencionado no texto em comento.

Diante do exposto, pelas razões apresentadas, veto parcialmente o Projeto de Lei nº 302/2009, propiciando a esse Egrégio Poder a reapreciação da matéria, certa de que os nobres deputados, ao conhecerem dos motivos que me levaram a tal procedimento, reformularão seu posicionamento.

Atenciosamente,


YEDA RORATO CRUSIUS,
Governadora do Estado.

Excelentíssimo Senhor Deputado **GIOVANI CHERINI**,
Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa,
Palácio Farroupilha,
NESTA CAPITAL.